



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS Nº: 0335399-7**

**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0007950-98.2013.8.17.0990**

**COMARCA** : Olinda – 2ª Vara Criminal  
**IMPETRANTE** : Kelly Regina Cabral de Oliveira  
**PACIENTE** : Bruna Camila Souza da Silva  
**PROCURADOR** : Dr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto  
**RELATOR** : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO CONVERTIDA EM PREVENTIVA. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E CORRUPÇÃO DE MENOR. EXCESSO DE PRAZO. TRAMITAÇÃO REGULAR DO PROCESSO. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. COLHEITA DA PROVA JÁ INICIADA. INTERROGATÓRIO DOS RÉUS E OUVIDA DE DUAS DAS TESTEMUNHA ARROLADAS PELA ACUSAÇÃO. DESIGNADA PARA DATA QUE SE AVIZINHA PARA FINALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO. DEMORA INJUSTIFICADA. INEXISTÊNCIA. COAÇÃO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. LIBERDADE PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Inexiste coação ilegal decorrente de excesso de prazo quando eventual atraso não é atribuído a atos praticados pelo juiz sumariante ou pelo Promotor de Justiça, mas da necessidade de observância dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, máxime considerando-se o fato de a colheita da prova já haver se iniciado, sendo designada data que se aproxima para a continuação da audiência de instrução e julgamento, circunstância que afasta, ao menos até o presente momento processual, a alegação de coação ilegal aventada na inicial.

II – Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **0335399-7** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal do Tribunal de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade**, em **denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife - PE, 17 de junho 2014

*Alexandre Guedes Assunção*  
**Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS Nº: 0335399-7**

**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0007950-98.2013.8.17.0990**

**COMARCA** : Olinda – 2ª Vara Criminal  
**IMPETRANTE** : Kelly Regina Cabral de Oliveira  
**PACIENTE** : Bruna Camila Souza da Silva  
**PROCURADOR** : Dr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto  
**RELATOR** : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

## **RELATÓRIO**

A belª. **Kelly Regina Cabral de Oliveira** impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **BRUNA CAMILA SOUZA DA SILVA**, alegando que a paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face do excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, verificado no âmbito do processo-crime nº **0007950-98.2013.8.17.0990** a que, juntamente com **Álvaro Roberto Lima dos Santos**, responde perante o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paulista, neste Estado, como incurso nas sanções dos arts.33 e 35<sup>1</sup>, ambos da Lei nº 11.343/06 e do art.244-B<sup>2</sup>, do Estatuto da Criança e do Adolescente

Em suas razões, a impetrante alega que o feito está paralisado aguardando o cumprimento de diligência encetada no sentido de ser localizada e ouvida de menor, vítima nos autos, sem que, até o momento da presente impetração, tenha sido apreciado o pedido de liberdade provisória formulado em favor da paciente, que permanece segregada desde a data de sua prisão em flagrante delito.

A impetração veio acompanhada dos documentos de fls.05/50.

<sup>1</sup> Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

**Pena** - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

**Art. 35.** Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

**Pena** - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa.

<sup>2</sup> **Art. 244-B.** Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la: (Acreditado pela L.-012.015-2009)

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

1



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

Às fls.57/58, indeferi o provimento liminar vindicado e solicitei informações à autoridade indigitada coatora, que as prestou às fls.66/68.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto, através do parecer de fls.82/83, opinou pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife - PE, 17 de junho 2014.

  
**Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS Nº: 0335399-7**

**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0007950-98.2013.8.17.0990**

**COMARCA** : Olinda – 2ª Vara Criminal  
**IMPETRANTE** : Kelly Regina Cabral de Oliveira  
**PACIENTE** : Bruna Camila Souza da Silva  
**PROCURADOR** : Dr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto  
**RELATOR** : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

**VOTO**

---

A presente impetração se insurge contra a manutenção da paciente na prisão, ao argumento de que o feito se encontra no aguardo de cumprimento de diligência, com vistas a localizar e possibilitar a ouvida de vítima menor, restando, por tal motivo, configurado o constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Razão não assiste à impetrante.

Destaco das informações prestadas pela autoridade coatora, o seguinte excerto (fls.66/68):

***"(...) A Paciente foi presa em flagrante delito no dia 07.07.2013 e denunciada em 08.08.2013, juntamente com Álvaro Roberto Lima dos Santos por violação do art.33 e 35, da Lei nº 11.343/2006, conforme cópia da denúncia em anexo. Em 22.07.2013, essa magistrada ratifica a decisão que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva pela Juíza Plantonista, cópias anexas. A Advogada da Paciente formulou pedido de relaxamento de prisão preventiva, ensejando indeferimento judicial, conforme cópia da decisão anexa. Em 23.08.2013 o Advogado da Paciente apresentou defesa prévia cumulada com a revogação da prisão preventiva, porém, o Advogado constituído pelo acusado Álvaro Roberto, apenas ofereceu a defesa preliminar em 23.10.2013. A denúncia foi recebida em 02.12.2013, bem como, indeferido o pleito de revogação e decretada a prisão preventiva de Álvaro Roberto, conforme decisão anexa. Nesta mesma decisão foi designada audiência de instrução e julgamento para 11.02.2014, quando foram interrogados a Paciente o co-autor e ouvidas duas testemunhas arroladas na denúncia, restando a inquirição do terceiro policial e da menor, a qual foi apreendida na mesma ação***



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

*criminosa. Aberta vista ao Ministério Público requereu a diligência para localização da adolescente Roberta, resultando positiva e ensejando a designação de continuação da instrução para o dia 16.06.2014 (...)." (negritei)*

Cumpre assinalar, por pertinente, que os prazos para a formação da culpa não são peremptórios, podendo ser dilatados, desde que não extrapolados os limites da razoabilidade, o que, a meu ver, é o caso dos autos.

Demais disso, conforme recentes entendimentos do Superior Tribunal de Justiça, o encerramento da instrução criminal não resulta da simples soma aritmética dos prazos previstos em lei, nos termos do excerto, *verbis*:

*"(...) Quanto ao excesso de prazo na instrução criminal, segundo pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, a constatação não decorre de soma aritmética de prazos legais. (...) 7. Recurso a que se nega provimento." (RHC 25.323/CE, Relator Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, julgado em 02/06/2009 e publicado no DJ de 03/08/2009) (destaquei)*

No mesmo sentido:

*"(...) A concessão de Habeas Corpus em razão da configuração de excesso de prazo é medida de todo excepcional, somente admitida nos casos em que a dilação (A) seja decorrência exclusiva de diligências suscitadas pela acusação; (B) resulte da inércia do próprio aparato judicial, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 50., LXXVIII da Constituição Federal; ou (C) implique em ofensa ao princípio da razoabilidade (...) Ordem denegada." (HC 98.612/SP, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, julgado em 24/11/2008 e publicado no DJ de 19/12/2008). (grifei)*

*In casu*, observo que o processo vem tramitando regularmente, com a observância aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, de tal modo que não venha a ser alegada, no futuro, qualquer nulidade processual, não se verificando tenha o seu prazo de duração extrapolado os limites da razoabilidade.

Bem de ver que, ainda que fosse de se reconhecer a existência de eventual demora no andamento do processo, o que entendo não ser a hipótese dos autos, a diligente Magistrada da instância primária, por ocasião da apresentação da defesa prévia, de logo, designou data para ter



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

lugar à realização da audiência de instrução e julgamento, iniciando a colheita da prova com os interrogatórios dos denunciados e a oitiva de duas das testemunhas de acusação.

Além disso, consta do informativo judicial que a diligência encetada para localização da adolescente, vítima dos autos, logrou êxito, ensejando a designação do dia **16/06/2014**, para dar continuidade a instrução, o que efetivamente ocorreu, com a inquirição da referida menor, na condição de informante.

Outrossim, conforme informação extraída do sistema JUDWIN em anexo, o referido ato processual ficou remarcado para data que se avizinha (**17/07/2014**), ocasião em que restará findo o processo, circunstância que afasta, ao menos até o presente momento processual, a alegação de constrangimento ilegal por excesso prazo.

Isto posto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife – PE, 17 de junho 2014

  
**Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Relator**